

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DISTRITAL DE IBATÉ****VARA ÚNICA****RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0002408-56.2014.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Ana Cristina da Silva Ferreira**
 Requerido: **TIM Celular S.A.**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

Trata-se de ação declaratória de inexigibilidade de crédito com pedido de restituição de valores que ANA CRISTINA DA SILVA FERREIRA move em face de TIM CELULAR S.A. Alega aderiu a promoção oferecida pela requerida, aderindo a plano que lhe proporcionaria recebimento grátis de "chip". Sustenta que, em violação ao pactuado, a ré realizou o cadastro de duas linhas de telefone celular, promovendo a cobrança da quantia mensal de R\$ 32,90 para cada uma. Afirma que procedeu ao pagamento da importância de R\$ 329,00, ainda que a cobrança fosse ilícita, a fim de evitar a inserção de seu nome em cadastros de inadimplentes. Requer a antecipação de tutela a fim de que a ré se abstenha de promover a negativação e a procedência da ação, com a declaração de inexigibilidade e a condenação da requerida à restituição em dobro das parcelas pagas indevidamente.

Indeferida a antecipação de tutela (fls. 29).

A ré ofereceu resposta às fls. 33/42 contrapondo os argumentos lançados na inicial. Assevera que a cobrança é regular e que não há danos materiais indenizáveis.

Houve réplica (fls. 53/55).

É o relatório. DECIDO.

O feito comporta julgamento imediato, tendo em vista a desnecessidade de produção de outras provas.

A ação é procedente.

Autora é ré enquadraram-se nos conceitos de consumidor e fornecedor a que se referem os artigos 2º e 3º da Lei 8.078/90.

Além disso, de acordo com as regras ordinárias de experiência, verifica-se a menor aptidão da requerente para a produção das provas necessárias à efetivação de seu direito.

Presente o requisito da hipossuficiência técnica, impõe-se a inversão do ônus da prova, com fundamento no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DISTRITAL DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A resposta oferecida pela ré está desacompanhada de documentos aptos a infirmar as alegações constantes da inicial. Verifica-se, nesse aspecto, que a fornecedora nem mesmo anexou aos autos o instrumento do contrato que ensejou a alegada obrigação.

Atribuído o ônus probatório à fornecedora, conclui-se que é ilícita a cobrança do valor impugnado, devendo ser declarada a inexigibilidade, determinando-se a devolução postulada.

É incontroverso e está comprovado a fls. 16/25 que o montante pago corresponde a R\$ 329,00.

A restituição dar-se-á em dobro (R\$ 658,00), por tratar-se da situação prevista no parágrafo único do artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que, conforme demonstrado, a consumidora foi cobrada em quantia indevida.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a inexigibilidade do crédito, determinando que a ré abstenha-se de promover as cobranças referentes às linhas mencionadas na inicial e condenando-o a pagar à autora a quantia de R\$ 658,00, atualizada desde o ajuizamento e acrescida de juros de mora de 1% ao mês a contar da citação. Arcará a requerida com as custas e despesas processuais e com honorários advocatícios de 20% do valor da condenação.

P.R.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibaté, 19 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**